



SJBA realiza palestra com o tema “Agrotóxicos e seus impactos na saúde e meio ambiente”

Discriminação x Assédio: existe diferença? Informe-se!



• CICLO DE PALESTRAS DA SJBA 2022

Agrotóxicos e seus impactos na saúde e meio ambiente

PALESTRANTES:
- Osvaldo Aurélio Magalhães de Santana | Médico | CIATOX
- Ruy Muricy de Abreu | Engenheiro Agrônomo | FBCA

27 de abril
14 horas

Transmissão: Microsoft Teams

DIREF, SECAD, NUCGP e NucGE. Desta vez, o tema abordado será “Agrotóxicos e seus impactos na saúde e meio ambiente”.

O evento, que é direcionado para todo o corpo funcional, traz importantes informações a fim de ampliar o conhecimento sobre os malefícios do uso de agrotóxicos para a saúde humana e ambiental e maneiras de enfrentar o problema e preservar a nossa saúde. Segundo pesquisas, o Brasil vem sendo o país com maior consumo desses produtos desde 2008, decorrente do desenvolvimento do agronegócio no setor econômico.

e Atendimento Toxicológico (CIATOX), graduado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, com especialização em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto/SP, Medicina do Trabalho pela Universidade de São Francisco/SP e Higiene Ocupacional pela Universidade Federal da Bahia/UFBA e Ruy Muricy de Abreu, engenheiro agrônomo do Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Transgênicos e pela Agroecologia/FBCA, graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, Mestre em Geografia Igeou/UFBA, com especialização em Vigilância em Saúde Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo atuação em Meio Ambiente, Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental.

Para participar, não será necessário inscrição prévia, bastando acessar o calendário do aplicativo *Teams* ou o link que será divulgado por *e-mail* no dia da palestra. A DIREF, SECAD, NUCGP e NucGE convidam todos para mais uma relevante palestra.

Participe!

Esta matéria está associada ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).



A discriminação e o assédio no ambiente de trabalho são problemas diferentes, mas igualmente sérios. A discriminação ocorre quando há distinção que atente contra as condições de igualdade, dos direitos e das liberdades fundamentais. Já o assédio moral ou sexual se caracteriza por condutas abusivas que atinjam a integridade física ou psicológica de um indivíduo.

A discriminação no ambiente de trabalho acontece quando há distinção ou exclusão da vítima. O assédio pode ser entendido como conduta abusiva, extrema, proposital e frequente no ambiente de trabalho. Segundo a Constituição brasileira, todos são iguais perante a Lei, o que garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.

Pessoas discriminadas e/ou assediadas podem desenvolver quadros de depressão ou ansiedade irreversíveis. Para debater sobre o assunto e auxiliar no combate a esse mal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou a cartilha “Assédio Moral, Sexual e Discriminação - Política de Prevenção e Enfrentamento no Âmbito do Poder Judiciário”.

Na Seção Judiciária da Bahia existe a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e da Discriminação. Essa Comissão é empenhada em prevenir e combater qualquer tipo de assédio no âmbito da Justiça Federal da Bahia. Informações, orientações, esclarecimentos e denúncias de assédio podem ser realizadas pelo contato de *e-mail*: combateaoassedio.ba@trf1.jus.br.

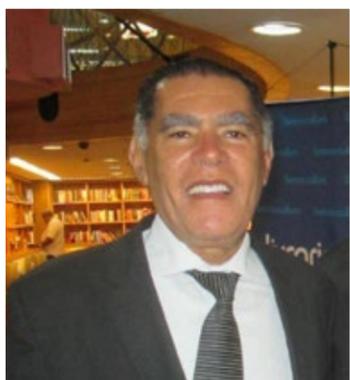
A Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação da SJBA atua de forma independente e autônoma. A Comissão tem como presidente a juíza federal titular da Vara única da SSJ de Teixeira de Freitas, Célia Regina Ody Bernardes e conta com o apoio da Direção do Foro. Ela também é composta por membros representantes das/os magistradas/os, servidores, terceirizadas/os e estagiárias/os, além de convidadas/os representantes do MPF/BA, DPU/BA e OAB/BA.

Esta matéria está associada ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Na próxima quarta-feira, 27/04, às 14h, via aplicativo *Microsoft Teams*, acontece mais uma palestra da Seção Judiciária da Bahia (SJBA) promovida pela

Para conversar sobre o assunto, a SJBA receberá os palestrantes convidados, Osvaldo Aurélio Magalhães de Santana, médico plantonista do Centro de Informação

ESMAF promove o XVII Fórum Jurídico com palestra do desembargador federal Wilson Alves



que atuou como juiz convocado na Câmara Previdenciária da Bahia até sua nomeação como Desembargador Federal do TRF1, em 2019. O juiz federal Wilson Alves juntamente com o atual diretor da Esmaf, desembargador federal Souza Prudente são os coordenadores científicos nessa edição do Fórum Jurídico.

A abertura do evento ficará a cargo do desembargador federal Souza Prudente e a mediadora das palestras será a desembargadora federal Mônica Sifuentes, do TRF1.

O Fórum disponibilizará certificado de participação durante a transmissão. Não haverá necessidade de inscrição prévia.

Para mais informações envie *e-mail* para esmaf@trf1.jus.br.

No dia 29 de abril, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), promove o XVII Fórum Jurídico. Nesse ano, o evento terá como temática central “O Código de Processo Civil e a garantia da duração razoável do processo” e ocorrerá no formato *online* com transmissão, ao vivo, pelo canal da Esmaf da 1ª Região, no *Youtube*.

Um dos palestrantes convidados do XVII Fórum será o desembargador federal Wilson Alves, vice-diretor da ESMAF,

Aniversariantes

Hoje: Pedro Braga Filho (Juiz Federal da 19ª Vara), Cecília Vicentini Ewald Lima (24ª Vara), Ricardo Figueiredo Lima (7ª Vara), Giovanna Gomes Miranda (Jequié).
Amanhã: Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann (Juíza Federal da 6ª Vara), Andrea Braga Di Tullio Gomes (10ª Vara), Soloney Lopes Valois (Nucom), Raimundo Santana Oliveira Júnior (Teixeira de Freitas).

Parabéns!

Pesquisa sobre “Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro” já está disponível no site do CNJ

Desde ontem até o dia 18 de maio, cidadãos(as), advogados(as), defensores(as) públicos(as) e membros do Ministério Público, poderão responder à pesquisa sobre “Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro”. O formulário da pesquisa já se encontra disponível no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é uma iniciativa do CNJ por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com apoio do Laboratório de Inovação de ODS (LIODS/CNJ) e cooperação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O objetivo é realizar diagnóstico da percepção do público quanto ao serviço prestado pelo Poder Judiciário, por meio da coleta de opinião sobre funcionamento e atividades desempenhadas. O trabalho está relacionado aos indicadores de desempenho do Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade”, que se encontra no escopo da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

Para acessar o formulário da pesquisa, disponível de 18/04 a 18/05, basta acessar o link <https://bit.ly/3qHOKGX>.

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Adriana Souza Daniel. **Diagramação:** Taiana Laiz Silva de Jesus. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.